



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SÃO JERÔNIMO EM 06.05.2015

Aos 06 dias do mês de maio de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de São Jerônimo a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002172-54.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Lila Paula Flores França, pelo Diretor de Secretaria Mário César Damscki Júnior e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 31.07.1945

**Data da última correição realizada:** 22.07.2014

**Data de Instalação do PJe:** 14.11.2014

**Jurisdição:** Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo, Vale Verde

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 06.05.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de São Jerônimo pertence à 59ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a Vara do Trabalho de Camaquã e o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Lourenço do Sul. Essa circunscrição compreende 1 vaga de zoneamento, ocupada pela Juíza Substituta **Cíntia Machado de Oliveira**.

##### 2.1.2 Juizes Atuais

Juíza	Situação	Período
<b>Lila Paula Flores França</b>	Juíza Titular	Desde 10.12.2009



(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.04.2015)

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>Lila Paula Flores França</b>	<b>Juíza Titular desde 10.12.2009</b>		
1	<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	<b>10 a 23.03.2014</b>	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias da Juíza Titular (sem pauta)	14 dias
		31.03 a 08.04.2014 16 a 19.10.2014 28.10 a 14.11.2014	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	29 dias
		07.01 a 06.02.2015	Atuou em razão do afastamento da Juíza Titular para proferir sentenças do seu resíduo	1 mês
2	<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	<b>24 a 30.03.2014</b>	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	7 dias
3	<b>Fernando Reichembach</b>	<b>20 a 27.10.2014</b>	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	8 dias
4	<b>Marcelo Bergmann Hentschke</b>	<b>17.12.2014</b>	Atuou como Juiz Auxiliar	1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.04.2015)

### 2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular durante o Período Correcionado

Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Lila Paula Flores França</b>	Férias	10.03 a 08.04.2014 16.10 a 14.11.2014	60 dias
	Afastamento para proferir sentenças do seu resíduo	07.01 a 06.02.2015	31 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.04.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Mário César Damscki Júnior	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	15.01.2010



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2	André Ricardo Kowaleski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	17.04.2006
3	André Luis Mazzoni da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	01.07.2008
4	Giovane Marques da Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	09.04.1987
5	Vilmar José Dall Agnol	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	31.08.1998
6	Michelli Sant Anna dos Santos	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	18.11.2013
7	Fábio Tavares Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>14.03.2014</b>
*	Vinícius Grigoletto Cavalheiro	<b>Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal</b>	-	30.08.2013
*	Fernando Luís Ponciano Aleixo	<b>Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal</b>	-	19.11.2014
*	João Batista Frederes Reis	<b>Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança</b>	-	01.03.1988

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.04.2015)

\* Servidor que ocupa cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal ou ocupa cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança, sem a percepção de função comissionada para trabalho na Secretaria, não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.002 processos	1.001 a 1.500	<b>7 servidores</b>	11 a 12 servidores



De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de São Jerônimo está abaixo do parâmetro previsto na referida norma. Contudo, em sede administrativa neste Tribunal, foi autorizada a lotação de 10 servidores, conforme Processo Administrativo nº 0005178-06.2014.5.04.0000.

### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>André Luis Mazzoni da Silva</b>	Curso ou Evento	1	1
<b>André Ricardo Kowaleski</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	2
<b>Fábio Tavares Santos</b> (desde 14.03.2014)*	-	-	-
<b>Fernando Luís Ponciano Aleixo</b> (desde 19.11.2014)*	-	-	-
<b>Giovane Marques da Silva</b>	-	-	-
<b>João Batista Frederes Reis</b>	Curso ou Evento	5	5
<b>Mário César Damscki Júnior</b>	Curso ou Evento	5	5
<b>Michelli Sant Anna dos Santos</b>	Dispensa Médica	3	7
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
<b>Vilmar José Dall Agnol</b>	-	-	-
<b>Vinícius Grigoletto Cavalheiro</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	9

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.04.2015)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Vanessa Silva de Oliveira (Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	30.08.2013	<b>13.04.2014</b>	7 meses e 14 dias	Vacância – Posse em outro Cargo Inacumulável
		14.08.2014	<b>17.09.2014</b>	1 mês e 4 dias	
2	Sônia Ferrari	01.06.2009	<b>01.03.2015</b>	5 anos e 9 meses	Lotação na Vara do Trabalho de Triunfo



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

3	Graziete Barrufi Machado	22.02.2013	05.04.2015	2 anos, 1 mês e 14 dias	Lotação no Gab. Des. Cláudio Antônio Cassou Barbosa – Assistente de Gabinete (FC05)
---	--------------------------	------------	------------	-------------------------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.04.2015)

## 2.2.5 Estagiários

Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
-	-	-

(Fonte: Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.04.2015, verifica-se que a estagiária Etiana Ruiz Zomer desenvolve atividades na Unidade desde 02.05.2014, havendo previsão de término do contrato para o dia 01.05.2015. Portanto, no dia da correição, a Vara do Trabalho não contará com estagiário de Direito).

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular durante o Período Correccionado

Juíza	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Lila Paula Flores França</b>	-	-	19	19

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>André Luis Mazzoni da Silva</b>	-	26	40	66
<b>André Ricardo Kowaleski</b>	-	20	75	95
<b>Fábio Tavares Santos</b>	-	20	-	20
<b>Fernando Luís Ponciano Aleixo</b>	-	-	416	416
<b>Giovane Marques da Silva</b>	-	20	35	55
<b>João Batista Frederes Reis</b> (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	20	36	56
<b>Mário César Damscki Júnior*</b>				46
<b>Michelli Sant Anna dos Santos</b>	-	34	12	46
<b>Vilmar José Dall Agnol</b>	-	20	35	55
<b>Vinícius Grigoletto Cavalheiro</b>	-	4	2	6



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 28.02)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.712	1.989	16,18%	2.088	4,98%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	144	214	48,61%	235	9,81%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.679	1.814	8,04%	1.845	1,71%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	75	85	13,33%	105	23,53%
<b>Total</b>	<b>3.610</b>	<b>4.102</b>	<b>13,63%</b>	<b>4.273</b>	<b>4,17%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

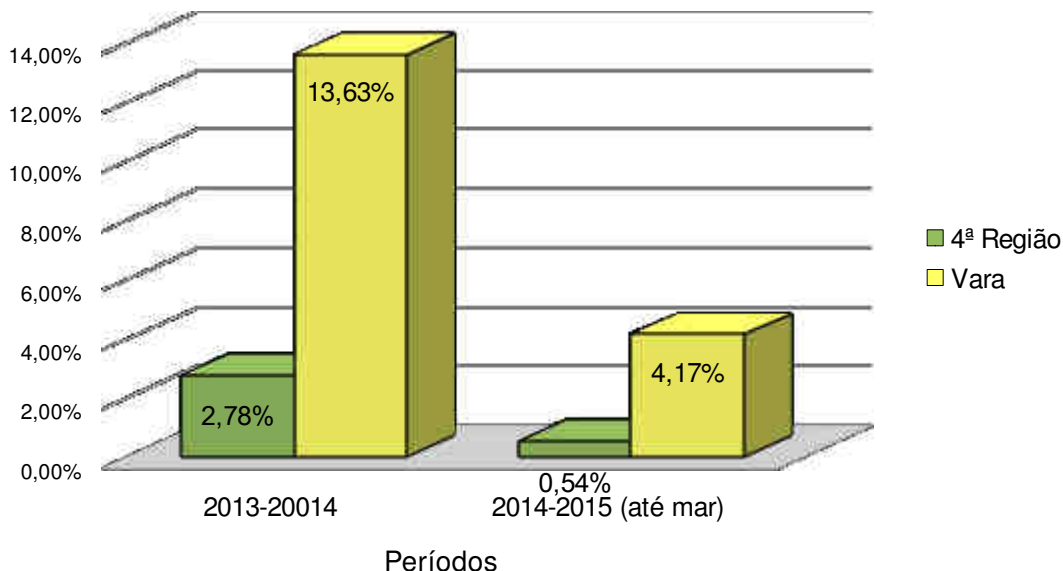
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma elevação de 13,63% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Todas as fases apresentaram aumento no estoque, sendo que em números absolutos o conhecimento foi a fase que apresentou maior elevação no acervo (acréscimo de 277 processos), ao passo que o acervo de processos na fase de liquidação apresentou a maior elevação percentual (48,61%) no período sob análise.

O acréscimo no estoque de processos da Vara do Trabalho de São Jerônimo em 2014 foi bastante superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação.



### Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Casos novos</b>	970	1.104	13,81%	223	-79,80%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	2	2	0,00%	3	50,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	856	847	-1,05%	215	-74,62%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>1.174</b>	<b>1.395</b>	<b>18,82%</b>	<b>1.403</b>	<b>0,57%</b>

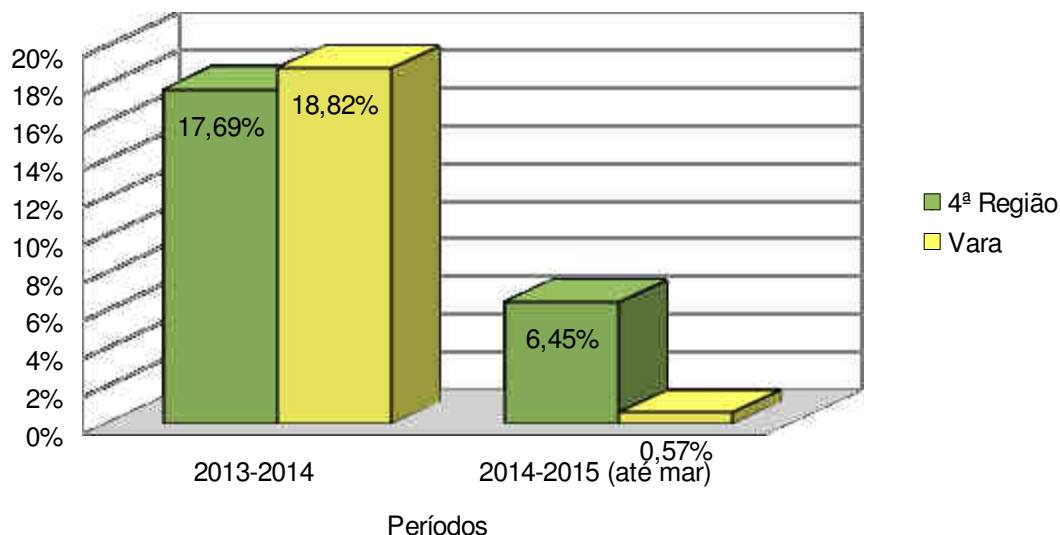
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 18,82% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.174 para 1.395 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 13,81% na média mensal de casos novos (a qual passou de 81 processos, em 2013, para 92,17 processos, em 2014), combinado com uma redução de 1,05% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.



### Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (57,85%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Por fim, convém destacar a elevação de 120,63% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	337	392	16,32%	408	4,08%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	732	807	10,25%	846	4,83%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	42	57	35,71%	77	35,09%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	63	139	120,63%	72	-48,20%
<b>TOTAL</b>	<b>1.174</b>	<b>1.395</b>	<b>18,82%</b>	<b>1.403</b>	<b>0,57%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento*					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
<b>Vara de São Jerônimo</b>	58,08%	62,85%	8,21%	86,74%	38,00%





<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	78,33%	76,69%
-----------------------------------	--------	--------	-------	--------	--------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 62,85% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 8,21% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 18,52 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	341	39,84	315	37,19	37	17,21
	Julgado procedente	14	1,64	5	0,59	3	1,40
	Julgado procedente em parte	354	41,36	368	43,45	135	62,79
	Julgado improcedente	47	5,49	61	7,20	16	7,44
	Extinto	4	0,47	14	1,65	4	1,86
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	10	1,17	21	2,48	8	3,72
	Arquivamento (art. 844 CLT)	22	2,57	19	2,24	4	1,86
	Desistência	19	2,22	27	3,19	5	2,33
	Outras decisões	45	5,26	17	2,01	3	1,40
<b>TOTAL</b>		<b>856</b>	100	<b>847</b>	100	<b>215</b>	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

Verificou-se uma redução de nove processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 1,05%. Essa queda, todavia, é inferior à tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

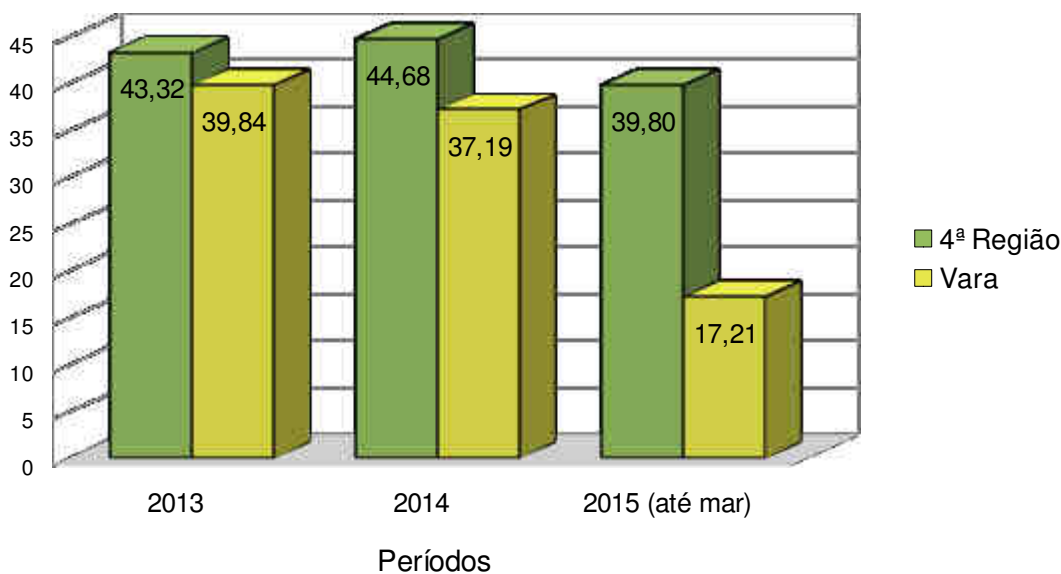
Dentre os tipos de solução, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 419 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 448 decisões, representando um acréscimo de 6,92%. O desempenho da Unidade nesse



questo se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, por fim, uma redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 341, representando 39,84% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 315, correspondendo a 37,19% - índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	226	319	41,15%	74	-76,80%
<b>Encerradas</b>	239	247	3,35%	49	-80,16%
<b>Pendentes</b>	136	212	55,88%	234	10,38%
<b>Arquivo Provisório</b>	3	2	-33,33%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 136, em 2013, para 212, em 2014, importando em uma elevação de 55,88%. Esse percentual é consideravelmente superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).



Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 41,15% no número de liquidações iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, o que implicou uma discrepância de 29,15% entre o número de liquidações iniciadas (319) e o número de liquidações encerradas (247) no ano de 2014.

### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Vara de São Jerônimo</b>	29,71%	45,71%	53,89%	82,87%	81,27%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	74,05%	67,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas / (resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Vara do Trabalho de São Jerônimo foi de 45,71% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 53,89% em relação ao índice do ano anterior. A seu turno, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 1,55 ponto percentual superior ao congestionamento médio do TRT4.

## 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	341	326	-4,40%	62	-80,98%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	38	324	752,63%	4	-98,77%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	293	237	-19,11%	40	-83,12%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	96	70	-27,08%	14	-80,00%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	11	10	-9,09%	8	-20,00%
	<b>Demais</b>	925	1.013	9,51%	1.029	1,58%
	<b>Total</b>	<b>936</b>	<b>1.023</b>	<b>9,29%</b>	<b>1.037</b>	<b>1,37%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		1.680	1.422	-15,36%	1.431	0,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de São Jerônimo subiu de 936 para 1.023 processos, o que corresponde a uma elevação de 9,29% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para esse aumento foi a discrepância de 37,55% entre o número de execuções iniciadas (326) e o número de liquidações encerradas (237) no ano de 2014,



combinada com uma significativa elevação no número de execuções desarquivadas para prosseguimento.

### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Vara de São Jerônimo</b>	76,98%	81,22%	5,50%	96,31%	18,58%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	91,27%	28,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número execuções encerradas} / (\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas})]$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 81,22% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 5,50% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 10,41 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Vara de São Jerônimo</b>	90,41%	91,94%	1,70%	98,40%	7,03%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	95,22%	12,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de São Jerônimo na fase de execução, a qual passa a corresponder a 91,94% - ligeiramente superior (1,70%) à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 7,03 pontos percentuais maior – o que denota uma efetividade na execução inferior à média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	102	90	-11,76%	22	-75,56%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	70	27	-61,43%	10	-62,96%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	1.420	1.474	3,80%	1.486	0,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)



O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de São Jerônimo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **04 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, cuja situação processual se encontra relacionada abaixo:

<b>1</b>	<b>0000105-97.2010.5.04.0451</b>
<b>Situação processual:</b> em 11.11.2014, foi publicado despacho determinando a expedição de alvarás aos respectivos credores e o oportuno arquivamento dos autos. Em 19.12.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 29.11.2012, a coexecutada “Sol Sul Comércio de Madeiras e Serviços Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 07.02.2013, a coexecutada “Carbonífera Criciúma S/A” também foi incluída no BNDT. Em 25.10.2013, foi inserida a anotação da situação “com garantia do juízo” referente a ambas as rés. Em 19.12.2014, apenas a primeira demandada foi excluída do BNDT.	
<b>2</b>	<b>0000107-62.2013.5.04.0451</b>
<b>Situação processual:</b> em 24.01.2014, foi publicado despacho determinando a notificação do executado para proceder à comprovação dos pagamentos pendentes. Em 19.02.2014, foi emitida guia de depósito ao reclamado. Em 20.03.2014, foi publicado despacho determinando, no silêncio da parte autora, o arquivamento dos autos. Em 27.06.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 15.07.2013, o executado “Paulo Ricardo Moraes Rosa” foi incluído no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
<b>3</b>	<b>0000178-98.2012.5.04.0451</b>
<b>Situação processual:</b> em 27.06.2013, foi publicada decisão homologando acordo celebrado entre as partes. Em 05.06.2014, foi publicada decisão tendo por satisfeito o feito e determinando o arquivamento dos autos. Em 27.06.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> em 18.06.2013, a executada “Vento Sul Ltda.” foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.	
<b>4</b>	<b>0033400-62.2009.5.04.0451</b>
<b>Situação processual:</b> em 14.01.2013, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento, e determinando o arquivamento dos autos. Em 22.02.2013, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado	



definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 15.09.2011, os coexecutados “Ferreira & Johson Ltda”, “Roberto Peres Ferreira” e “Maria Francisca Johnson Ferreira” foram incluídos no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”. Em 22.02.2013, apenas a primeira ré foi excluída do BNDT.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	153	57	105	101	179	27	52	16	63
<b>Antecipações de tutela</b>	21	5	18	64	20	62	43	29	77
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	5	6	7	3	3	6	0	1	5
<b>Embargos à execução</b>	62	64	38	25	23	37	5	2	38
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	1	1	0	2	0	0	2
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	1	1	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	3	2	4	5	1	6	0	1	5

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 24.04.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 200 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 18,03% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 69,40% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 134 para 227). Por fim, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 140 processos, saldo 19,08% menor do que em 31.12.2013 – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (44,29%) dos incidentes pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>0000219-94.2014.5.04.0451</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, em 19.05.2014, de <b>embargos de declaração</b> pelo reclamante, os quais constam como pendentes de solução no sistema informatizado. Tendo em vista que o feito em tela se encontra na fase de conhecimento, aguardando o encerramento da instrução, infere-se que o referido incidente foi cadastrado de forma equivocada no sistema.	
<b>2</b>	<b>0109000-31.2005.5.04.0451</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 29.01.2014, de <b>embargos à execução/penhora</b> pelo reclamado. Em 13.02.2014, foi publicado despacho no	



qual o Juízo deixou de conhecer os embargos opostos, porquanto as cópias das matrículas dos imóveis indicados à penhora encontravam-se desatualizadas. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

**3** **0000332-19.2012.5.04.0451**

**Situação processual:** consta do sistema inFOR a apresentação, em 14.08.2014, de **exceção de pré-executividade** pela reclamada. Em 27.03.2015, foi publicada decisão na qual o Juízo acolheu a exceção oposta e determinou a exclusão da excipiente da lide. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.04.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Sumaríssimo</b>	405,22	161,97	-60,03%	288,13	77,89%
	<b>Ordinário</b>	441,12	479,53	8,71%	575,12	19,94%
	<b>Total</b>	<b>436,83</b>	<b>453,53</b>	<b>3,82%</b>	<b>553,67</b>	<b>22,08%</b>

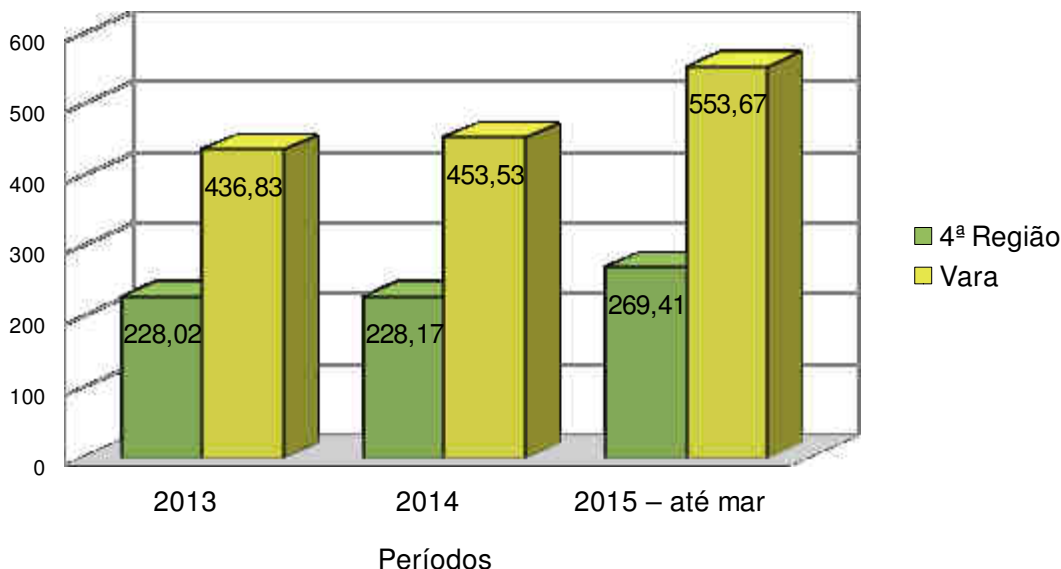
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de São Jerônimo apresentou uma elevação de 3,82%, passando de 436,83 para 453,53 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 60,03% em relação à média do ano anterior, passando de 405,22 para 161,97 dias; por outro lado, o rito ordinário registrou um prazo médio de 479,53 dias, 8,71% mais moroso na comparação com 2013.

Verifica-se, ainda, que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 98,77% mais moroso (225,36 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:



### Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	165,09	138,43	-16,15%	180	30,03%
	Ordinário	232,64	208,85	-10,22%	183,48	-12,15%
	<b>Total</b>	<b>225,85</b>	<b>202,48</b>	<b>-10,35%</b>	<b>182,89</b>	<b>-9,67%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

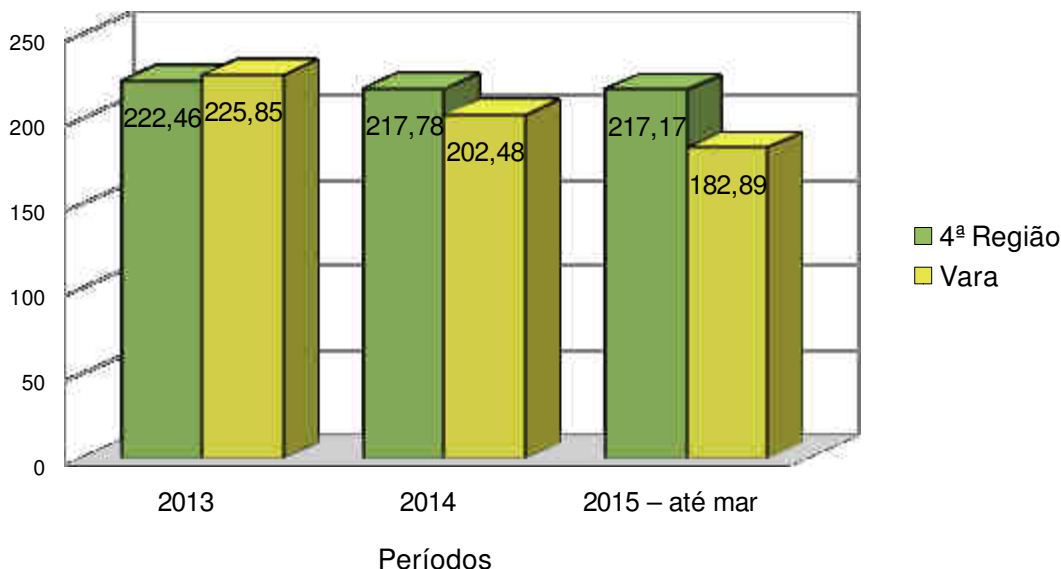
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 138,43 dias, o que equivale a uma redução de 16,15% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 208,85 dias, 10,22% mais célere na comparação com 2013.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 7,03% mais célere (15,30 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014. Especificações no gráfico abaixo:





### Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	423,33	582,92	37,70%	440,87	-24,37%
	Ente público	757,42	791,49	4,50%	891,83	12,68%
	<b>Total</b>	<b>454,92</b>	<b>614,80</b>	<b>35,14%</b>	<b>514,00</b>	<b>-16,39%</b>

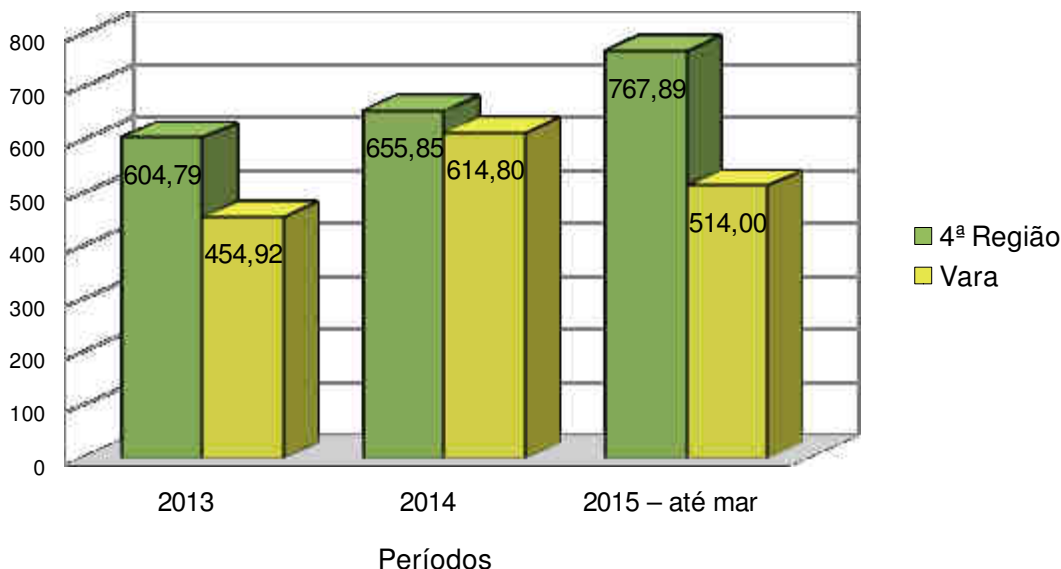
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 582,92 dias, o qual foi 37,70% maior do que o prazo do ano anterior. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 791,49 dias, 4,50% mais moroso do que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 6,26% mais célere (41,05 dias) do que a média regional.



### Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 2 – 2012:** *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
731	731	100,00%	Meta cumprida



**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
962	961	99,90%	Meta cumprida

**5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.104	847	76,72%	Meta não cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

Questionário para cálculo da Meta				
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor 2011	Valor 2012
P2.1	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA</b> , <b>excluídos os suspensos até 31/12/2013</b> .	Única	31	1.061
P2.4	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2013</b> que <b>entraram</b> na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0	1
P2.7	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2013</b> que <b>sairam</b> da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2013</b> que, no mês de referência, foram nela <b>julgados</b> pela primeira ou única vez no ano de 2014.	Mensal	0	301
P2.13	Número total de processos informados em <b>P2.1</b> que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013	Única	27	647

\*Percentual de cumprimento da meta= ((ΣP2.10 + P2.13) / (P2.1 + ΣP2.4 - ΣP2.7)) X 1000/K, onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
96,8%	Meta não cumprida*



META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
111,6%	Meta cumprida*

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	2.053
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	63
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	420
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	4
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	312
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	327
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	266
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	2
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	272
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	1
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	191



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	5
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-4,52%	<b>Meta não cumprida</b>
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
6,08%	<b>Meta cumprida</b>

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2015	Solucionados até 31.03.2015	%	Resultado parcial (até março)
223	215	96,41%	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.



Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até 31.03)
P2.1	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA</b> , <b>excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014</b> .	Única	1.172
P2.4	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2014</b> que <b>entraram</b> na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2014</b> que <b>sairam</b> da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2014</b> que, no mês de referência, foram nela <b>julgados</b> pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	159
P2.13	Número total de processos informados em <b>P2.1</b> que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	679

\*Percentual de cumprimento da meta=  $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até março)
<b>79,4%</b>	<b>Meta ainda não cumprida*</b>

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.03)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até março)
62	31	<b>50,00%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até março)
2 processos	<b>Meta ainda não cumprida</b>



1	Processo nº 0000266-39.2012.5.04.0451
	<b>Situação processual:</b> conforme consulta ao sistema inFOR, trata-se de ação civil coletiva ajuizada em 04.04.2012, solucionada por acordo apresentado pelas partes no dia 30.08.2013 e homologado pelo Juízo em 30.09.2012, e arquivada definitivamente, sem registro de pendências, no dia 17.01.2014. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à homologação do acordo no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução para fins de cumprimento na Meta CNJ 6/2015.
2	Processo nº 0000437-93.2012.5.04.0451
	<b>Situação processual:</b> conforme consulta ao sistema inFOR, trata-se de ação de cumprimento ajuizada em 25.02.2012 e solucionada por acordo celebrado na audiência realizada no dia 21.03.2013. O referido acordo resultou inadimplido pela parte ré, o que acarretou a execução dos valores devidos – execução esta que, após a devida satisfação dos valores devidos aos respectivos credores, foi julgada extinta em 30.08.2013, data na qual os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de pendências. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à homologação do acordo no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução para fins de cumprimento na Meta CNJ 6/2015.

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.03.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até março)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
2º Estado do Rio Grande do Sul	16	15	15	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	13	11	12	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	16	14	15	
5º União	10	10	9	
6º OI S.A.	4	3	3	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	1	1	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	9	10	8	
9º Banco do Brasil S.A.	4	4	3	
10º Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	



### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.03)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até março)
228,17	453,53	553,67	<b>449,00</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.03)	Meta para 2015	Resultado parcial (até março)
<b>Total de acordos</b>	341	315	328	37	<b>332</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	28,42	26,25	27,33	12,33	<b>27,67</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	-	-	-
<b>Tarde</b>	6 (I) 1 (U) 4 (P)	6 (I) 1 (U) 4 (P)	6 (I) 1 (U) 4 (P)	6 (I) 1 (U) 4 (P)	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 06.05.2015)





Legenda:

*I – Audiências iniciais de rito ordinário*

*U – Audiências unas de rito sumaríssimo*

*P – Audiências de prosseguimento*

*CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*

*E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
<b>Inicial</b>	1º.07.2015	13.08.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	27.08.2015	1º.10.2015
<b>Instrução</b>	1º.06.2016	17.05.2016
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 06.05.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	104,67	101,40	-3,13%	196,23	93,53%
	<b>Ordinário</b>	118,81	128,40	8,07%	140,37	9,32%
	<b>Total</b>	<b>117,71</b>	<b>126,33</b>	<b>7,33%</b>	<b>142,62</b>	<b>12,89%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio reduzido de 104,67 dias, em 2013, para 101,40 dias, em 2014 (queda de 3,13%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 118,81 dias, em 2013, para 128,40 dias, em 2014 (aumento de 8,07%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



## 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	20	19	1	0	<b>40</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	126	88	6	0	<b>220</b>
<b>Fernando Reichenbach</b>	27	18	1	0	<b>46</b>
<b>Lila Paula Flores França</b>	881	630	84	12	<b>1.607</b>
<b>Marcelo Bergmann Hentschke</b>	0	0	8	0	<b>8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.054</b>	<b>755</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>1.921</b>

2015 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	54	45	2	0	<b>101</b>
<b>Lila Paula Flores França</b>	171	112	13	11	<b>307</b>
<b>TOTAL</b>	<b>225</b>	<b>157</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>408</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2015)

## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	9	7	0	16	2	<b>18</b>
<b>Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	40	57	0	97	16	<b>113</b>
<b>Fernando Reichenbach</b>	3	10	0	13	4	<b>17</b>
<b>Gabriela Lenz de Lacerda</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>Glória Mariana da Silva Mota</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Lila Paula Flores França</b>	263	352	14	629	62	<b>691</b>
<b>Oswaldo Antonio da Silva Stocher</b>	0	3	0	3	0	<b>3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>315</b>	<b>434</b>	<b>14</b>	<b>763</b>	<b>84</b>	<b>847</b>



2015 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Edenir Barbosa Domingos</b>	14	30	2	46	7	<b>53</b>
<b>Fernando Reichenbach</b>	0	2	0	2	0	<b>2</b>
<b>Lila Paula Flores França</b>	23	121	1	145	13	<b>158</b>
<b>Marcelo Bergmann Hentschke</b>	0	1	1	2	0	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>37</b>	<b>154</b>	<b>4</b>	<b>195</b>	<b>20</b>	<b>215</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juíza Titular <b>Lila Paula Flores França</b>		
Processos de Cognição – Rito Ordinário		
<b>0000185-27.2011.5.04.0451</b> (Mais antigo. Concluído em 15.07.2014: 9 meses e 22 dias)	0000098-03.2013.5.04.0451	0000572-08.2012.5.04.0451
0000271-27.2013.5.04.0451	0000699-77.2011.5.04.0451	0000934-73.2013.5.04.0451
0000843-80.2013.5.04.0451	0000230-60.2013.5.04.0451	0000691-32.2013.5.04.0451
0000692-17.2013.5.04.0451	0000328-45.2013.5.04.0451	0000327-60.2013.5.04.0451
0000835-06.2013.5.04.0451	0000808-23.2013.5.04.0451	0000483-48.2013.5.04.0451
0000536-29.2013.5.04.0451	0000523-30.2013.5.04.0451	0000246-14.2013.5.04.0451
0000609-98.2013.5.04.0451	0000242-74.2013.5.04.0451	0000372-64.2013.5.04.0451
0000565-79.2013.5.04.0451	0000581-33.2013.5.04.0451	0000698-92.2011.5.04.0451
0000854-12.2013.5.04.0451	0000853-27.2013.5.04.0451	0000527-67.2013.5.04.0451
0000538-96.2013.5.04.0451	0000701-76.2013.5.04.0451	0000703-46.2013.5.04.0451
0000478-26.2013.5.04.0451	0000872-33.2013.5.04.0451	0000223-05.2012.5.04.0451
0000622-97.2013.5.04.0451	0000965-30.2012.5.04.0451	0000706-35.2012.5.04.0451
0000911-64.2012.5.04.0451	0000288-63.2013.5.04.0451	0001121-18.2012.5.04.0451
0000785-77.2013.5.04.0451	0001037-80.2013.5.04.0451	0000150-96.2013.5.04.0451
0000435-55.2014.5.04.0451	0000437-59.2013.5.04.0451	0000168-54.2012.5.04.0451
0000338-89.2013.5.04.0451	0001068-03.2013.5.04.0451	0000111-02.2013.5.04.0451
0000820-37.2013.5.04.0451	0000998-83.2013.5.04.0451	0001109-67.2013.5.04.0451
0000197-36.2014.5.04.0451	0001011-82.2013.5.04.0451	0001014-37.2013.5.04.0451
0000932-06.2013.5.04.0451	0000117-43.2012.5.04.0451	0001020-44.2013.5.04.0451
0001069-85.2013.5.04.0451	0000967-97.2012.5.04.0451	0000963-60.2012.5.04.0451
0000956-68.2012.5.04.0451	0000438-10.2014.5.04.0451	0000966-15.2012.5.04.0451
0000032-86.2014.5.04.0451	0001056-86.2013.5.04.0451	0000937-28.2013.5.04.0451
0000959-86.2013.5.04.0451	0001072-40.2013.5.04.0451	0001102-75.2013.5.04.0451



0000033-71.2014.5.04.0451	0000186-07.2014.5.04.0451	0000205-13.2014.5.04.0451
0000957-19.2013.5.04.0451	0000615-08.2013.5.04.0451	0000010-28.2014.5.04.0451
0001052-49.2013.5.04.0451	-	-
<b>Total: 76 processos</b>		
<b>Processos divergentes entre os dados consolidados pelo Projeto BI e a tabela apresentada pela Juíza Titular em 06.05.2015<sup>2</sup></b>		
0000618-94.2012.5.04.0451	0000278-82.2014.5.04.0451	0000303-95.2014.5.04.0451
0000759-84.2010.5.04.0451	0005500-41.2008.5.04.0451	0095100-78.2005.5.04.0451
0000235-82.2013.5.04.0451	0000477-07.2014.5.04.0451	0000657-23.2014.5.04.0451
0000319-20.2012.5.04.0451	0021000-50.2008.5.04.0451	0000431-18.2014.5.04.0451
0000490-11.2011.5.04.0451	0000562-61.2012.5.04.0451	0001022-48.2012.5.04.0451
0001059-75.2012.5.04.0451	0000144-89.2013.5.04.0451	0000784-92.2013.5.04.0451
0000906-08.2013.5.04.0451	0000907-90.2013.5.04.0451	0001004-90.2013.5.04.0451
0000837-73.2013.5.04.0451	0000997-98.2013.5.04.0451	0000999-68.2013.5.04.0451
0001000-53.2013.5.04.0451	0101700-76.2009.5.04.0451	0000105-92.2013.5.04.0451
0001105-30.2013.5.04.0451	0000727-74.2013.5.04.0451	0001149-83.2012.5.04.0451
0000117-72.2014.5.04.0451	-	-
<b>Total: 31 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

<sup>\*2</sup> Os processos acima listados constam como conclusos para prolação de sentença com a Juíza Titular no dia da correição, conforme dados consolidados no Projeto BI até o dia 31.04.2015. De acordo com as informações prestadas pela magistrada e a tabela extraída do Boletim de Produção Mensal de Juiz, no dia da correição, tais processos já tiveram as sentenças publicadas. Desta forma, deve a Juíza Titular diligenciar junto à Secretaria para comparar os processos conclusos a fim de serem corrigidos os andamentos para baixa no Sistema.

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Cumprimento em 48 horas.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Cumprimento em 48 horas.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Cumprimento em 48 horas.



## 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas 24 horas após sua protocolização.

## 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Cumprimento em 48 horas.

## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 1º.04.2015.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.

## 7.8 CONVÊNIOS

Na data da visita correcional havia alguns processos pendentes de consulta aos convênios, desde fevereiro de 2015. O Diretor de Secretaria acumulou a execução de mais esta tarefa, além da análise do protocolo diário, em razão da remoção da servidora responsável pela consulta aos convênios, em fevereiro de 2015. Esta é a razão para as pendências verificadas neste item.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada quinzenalmente.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000705-21.2010.5.04.0451*	<b>05.03.2014</b>	<b>1 ano, 1 mês e 18 dias</b>
2	0000304-17.2013.5.04.0451*	<b>28.07.2014</b>	<b>8 meses e 25 dias</b>
3	0000468-84.2010.5.04.0451*	<b>28.07.2014</b>	<b>8 meses e 25 dias</b>
4	0115100-65.2006.5.04.0451*	<b>12.08.2014</b>	<b>8 meses e 11 dias</b>
5	0039700-07.1990.5.04.0451*	<b>15.09.2014</b>	<b>7 meses e 8 dias</b>
6	0000297-59.2012.5.04.0451*	<b>13.10.2014</b>	<b>6 meses e 10 dias</b>
7	0000183-52.2014.5.04.0451	<b>01.12.2014</b>	4 meses e 22 dias
8	0000182-67.2014.5.04.0451	<b>01.12.2014</b>	4 meses e 22 dias
9	0000184-37.2014.5.04.0451	<b>01.12.2014</b>	4 meses e 22 dias
10	0000869-44.2014.5.04.0451	<b>03.12.2014</b>	4 meses e 20 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

11	0000086-86.2013.5.04.0451*	<b>15.12.2014</b>	4 meses e 8 dias
12	0000625-18.2014.5.04.0451*	<b>18.12.2014</b>	4 meses e 5 dias
13	0000705-79.2014.5.04.0451*	<b>23.01.2015</b>	3 meses
14	0122000-64.2006.5.04.0451*	<b>06.02.2015</b>	2 meses e 17 dias
15	0000510-94.2014.5.04.0451	<b>20.02.2015</b>	2 meses e 3 dias
16	0108800-83.1989.5.04.0451	<b>23.02.2015</b>	2 meses
17	0000820-71.2012.5.04.0451	<b>23.02.2015</b>	2 meses
18	0035500-05.2000.5.04.0451	<b>23.02.2015</b>	2 meses
19	0108500-23.2009.5.04.0451	<b>24.02.2015</b>	1 mês e 29 dias
20	0077300-95.2009.5.04.0451	<b>27.02.2015</b>	1 mês e 26 dias
21	0000723-37.2013.5.04.0451	<b>02.03.2015</b>	1 mês e 21 dias
22	0005200-45.2009.5.04.0451	<b>13.03.2015</b>	1 mês e 10 dias
23	0102200-45.2009.5.04.0451	<b>25.03.2015</b>	28 dias
24	0103600-94.2009.5.04.0451	<b>27.03.2015</b>	26 dias
25	0000383-30.2012.5.04.0451	<b>27.03.2015</b>	26 dias
26	0058200-91.2008.5.04.0451	<b>27.03.2015</b>	26 dias
27	0000794-05.2014.5.04.0451	<b>30.03.2015</b>	23 dias
28	0000290-67.2012.5.04.0451*	<b>30.03.2015</b>	23 dias
29	0006900-56.2009.5.04.0451	<b>06.04.2015</b>	17 dias
30	0011600-17.2005.5.04.0451	<b>06.04.2015</b>	17 dias
31	0029700-15.2008.5.04.0451	<b>06.04.2015</b>	17 dias
32	0005300-78.2001.5.04.0451	<b>06.04.2015</b>	17 dias
33	0001071-89.2012.5.04.0451	<b>06.04.2015</b>	17 dias
34	0000969-04.2011.5.04.0451	<b>08.04.2015</b>	15 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.04.2015)

\* Processos nos quais foram expedidas notificações para devolução dos autos. Contudo, o procedimento de cobrança foi efetuado em lapso superior há 10 dias. Destaca-se o processo nº 0000705-21.2010.5.04.0451, em carga há mais de 1 ano, sem novas providências para devolução dos autos além da notificação expedida em 26.06.2014.

### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000511-84.2011.5.04.0451	<b>30.01.2015</b>	2 meses e 23 dias
2	0068300-08.2008.5.04.0451	<b>30.01.2015</b>	2 meses e 23 dias
3	0101600-24.2009.5.04.0451	<b>30.01.2015</b>	2 meses e 23 dias
4	0065800-32.2009.5.04.0451	<b>30.01.2015</b>	2 meses e 23 dias
5	0000404-06.2012.5.04.0451*	<b>30.01.2015</b>	2 meses e 23 dias
6	0000421-76.2011.5.04.0451	<b>20.02.2015</b>	2 meses e 3 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

7	0000439-34.2010.5.04.0451	<b>20.02.2015</b>	2 meses e 3 dias
8	0000701-47.2011.5.04.0451	<b>02.03.2015</b>	1 mês e 21 dias
9	0000345-81.2013.5.04.0451	<b>16.03.2015</b>	1 mês e 7 dias
10	0000636-47.2014.5.04.0451	<b>16.03.2015</b>	1 mês e 7 dias
11	0080400-92.2008.5.04.0451	<b>16.03.2015</b>	1 mês e 7 dias
12	0061300-25.2006.5.04.0451	<b>16.03.2015</b>	1 mês e 7 dias
13	0000573-90.2012.5.04.0451	<b>16.03.2015</b>	1 mês e 7 dias
14	0000212-39.2013.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
15	0000720-19.2012.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
16	0000868-59.2014.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
17	0090400-20.2009.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
18	0091100-93.2009.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
19	0000234-68.2011.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
20	0000491-93.2011.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
21	0000734-66.2013.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
22	0000760-64.2013.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
23	0000321-87.2012.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
24	0000055-66.2013.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
25	0000768-12.2011.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.04.2015)

\* Foram protocolados 3 requerimentos de dilação de prazo pelo perito (em 09.02, 20.02 e 17.04.2015), ainda não despachados há mais de 2 meses.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	451-01644/14	0001122-03.2012.5.04.0451	<b>25.02.2015</b>	1 mês e 28 dias
-	451-00154/15	0000702-27.2014.5.04.0451*	<b>31.03.2015</b>	-
2	451-00157/15	0000840-91.2014.5.04.0451	<b>31.03.2015</b>	22 dias
3	451-00193/15	0001100-08.2013.5.04.0451	<b>09.04.2015</b>	14 dias
4	451-00197/15	0000170-53.2014.5.04.0451	<b>10.04.2015</b>	13 dias
5	451-00200/15	0000939-61.2014.5.04.0451	<b>10.04.2015</b>	13 dias
6	451-00201/15	0000940-46.2014.5.04.0451	<b>10.04.2015</b>	13 dias
7	451-00203/15	0000863-37.2014.5.04.0451	<b>10.04.2015</b>	13 dias
8	451-00205/15	0000866-89.2014.5.04.0451	<b>10.04.2015</b>	13 dias
9	451-00206/15	0000160-09.2014.5.04.0451	<b>10.04.2015</b>	13 dias
10	451-00208/15	0000161-91.2014.5.04.0451	<b>10.04.2015</b>	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.04.2015)

\* Em 14.04.2015, foi lançado o prazo para cumprimento do mandado até 14.05.2015.



## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.04.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **1.107 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### **8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

1	0000448-59.2011.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> O processo foi devolvido de carga em 25.03.2014, mas não houve mais movimentações processuais até 26.05.2014, quando os autos foram à conclusão. O despacho da fl. 195 foi proferido em 22.07.2014, mas não houve movimentações processuais até 11.12.2014, quando foi realizada tentativa de bloqueio de valores por intermédio do BACENJUD. Foram realizadas novas tentativas em 09.02.2015 e em 20.04.2015.	
2	0022000-51.2009.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> A petição das fls. 388-390 foi protocolada em 10.02.2014, mas foi juntada aos autos em 24.02.2014. Foi juntada aos autos a petição das fls. 391-392 em 07.10.2014, mas os autos apenas foram à conclusão em 04.12.2014. Não houve movimentações processuais entre 17.12.2014, quando foi disponibilizada notificação no DEJT, a 28.04.2014, quando foi expedido ofício.	
3	0000477-07.2014.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Nada apontar.	
4	0000150-04.2010.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> A petição das fls. 251-253 foi protocolada em 10.03.2014, mas foi juntada aos autos em 08.04.2014. Não houve movimentação processual entre 08.04.2014, quando foi juntado aos autos substabelecimento, a 10.03.2015, quando foi juntada aos autos petição em que o autor informou que não recebeu os valores devidos após o término do processo de recuperação judicial. Posteriormente, o autor retirou alvará em 24.04.2015 após ter sido incluído em rateio de valores depositados em outro processo.	
5	0000152-32.2014.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> O pagamento da última parcela do acordo havia sido marcado para 10.12.2014, mas apenas foi certificado que não veio aos autos notícia de descumprimento do acordo em 17.04.2015.	
6	0000411-95.2012.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Não houve movimentações processuais entre 03.03.2015, quando foi juntada aos autos petição em que o exequente requer o prosseguimento da execução, a 20.04.2015, quando foi realizada tentativa de bloqueio de valores via BacenJud.	





7	0018400-13.1995.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> A petição da fl. 268 foi juntada aos autos em 10.02.2014, mas não foi analisada por mais de um ano, conforme foi informado pelo exequente na petição da fl. 285, juntada aos autos em 13.03.2015. Os autos foram à conclusão apenas em 25.04.2015. <b>Principal Entrave. Execução.</b> A execução iniciou em março de 1997, mas não foi concluída até o momento.	
8	0001041-54.2012.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Nada a apontar.	
9	0000512-69.2011.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Não houve movimentações processuais entre 30.05.2014, quando foi juntada aos autos petição, a 02.07.2014, quando foi certificada a publicação de notificações. Não houve movimentações processuais entre 14.08.2014, quando foram juntadas aos autos petição e autos suplementares, a 23.04.2015, quando os autos foram à conclusão.	
10	0000494-77.2013.5.04.0451
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Nada a apontar.	

\* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
<b>Carta precatória com registros desatualizados ou devolvida à origem sem andamento</b>	0000790-36.2012.5.04.0451 (desde 2012)
	0000635-96.2013.5.04.0451 (desde 2013)
	0000687-92.2013.5.04.0451 (desde 2013)
<b>Demora no impulso processual ou registros desatualizados</b>	0133600-82.2006.5.04.0451
	0001300-88.2008.5.04.0451
	0061000-92.2008.5.04.0451
	0000854-80.2011.5.04.0451
	0000402-70.2011.5.04.0451
	000041-53.2011.5.04.0451
	0000335-71.2012.5.04.0451
	0000926-96.2013.5.04.0451
	0095000-84.2009.5.04.0451
	0000749-35.2013.5.04.0451



<b>Execução reunida, suspensão do processo ou processo reunido a outro sem registro no inFOR</b>	0075400-82.2006.5.04.0451
	0000800-22.2008.5.04.0451
	0098800-67.2002.5.04.0451
<b>Processo devolvido ao arquivo sem registro ou com registro incorreto (não baixado)</b>	0088400-23.2004.5.04.0451
	0110400-80.2005.5.04.0451
	0027900-69.1996.5.04.0451
<b>Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo</b>	0000048-40.2014.5.04.0451
	0000682-41.2011.5.04.0451
	0126200-80.2007.5.04.0451
<b>Processo aguardando apensamento ou apensado a outro sem andamento</b>	0000707-54.2011.5.04.0451
	0000334-52.2013.5.04.0451
	0000181-19.2013.5.04.0451

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.107 processos** parados. Excetuados aqueles que estão em situação regular (aguardam cumprimento de acordo; julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista; pagamento de precatório; andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria), verificou-se que a irregularidade consiste na **demora no impulso processual, atualização dos registros de andamento e análise de petições protocoladas**, em todas as fases, principalmente a partir do segundo semestre de 2014. Citam-se como exemplos os processos listados acima, evidenciando resultado não satisfatório para a Unidade Judiciária no que concerne ao exame da listagem de processos sem movimentação.

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.



## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe na Unidade Judiciária ocorreu em 14.11.2014.

Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 30.4.2015 e 05.5.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	32	20035.62.2014	03.12.2014
C/pedido de tutela não apreciados	-	51	20042.20.2015	26.01.2015
C/petições não apreciadas	-	37	20014.86.2014	18.11.2014
c/habilitações não lidas	-	44	Processo de 24.11.2014	24.11.2014
Mandados devolvidos OJ	-	79	-	06.05.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando ciência decisão-ConPra	-	-	-	06.05.2015
Aguardando ciência	-	01	20070.85.2015	24.04.2015
Aguardando cumprimento prov	-	14	04 processos de 22.04.2015	22.04.2015
Aguardando cumprimento exec.	-	-	-	06.05.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	06.05.2015
Aguardando término dos prazos	-	105	20095.98.2015 20096.98.2015 Ambos de 24.02.2015	24.02.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	06.05.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	01	21540.02.2014	17.04.2015
Prazos vencidos	-	18	08 processos de 08.04.2015	08.04.2015



Triagem inicial	-	141	20055.19.2015	31.01.2015
Valor incompatível	-	02	20314.14.2015 20315.96.2015	14.04.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente. Foi recomendado que, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observe o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

Reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Os dados extraídos do sistema *eGestão* indicam que a Vara de São Jerônimo teve significativo aumento no número de casos novos em 2014 e o percentual de acordos situa-se abaixo de 40%. Tais fatores contribuíram para o aumento de estoque de processos em nível acima da média regional, assim como o aumento do volume de processos pendentes de solução em todas as fases processuais. Seguindo a mesma tendência, o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento excede ao parâmetro médio regional, tendo sido esclarecido pelo Diretor de Secretaria que o lapso está relacionado também à ausência de substituição da Juíza Titular nos períodos de férias, durante dois exercícios, aspecto esse que ainda repercute na designação de pautas. Em contrapartida, a unidade revela bom desempenho ao alcançar a diminuição do prazo médio da fase de liquidação, que ficou um pouco abaixo da média regional em 2014; o trâmite da fase de execução, embora tenha se elastecido em 2014, ainda está abaixo do lapso médio da demais unidades do estado. Foi enfatizada ao diretor a importância de manter-se a correção e atualização dos andamentos no sistema informatizado, tendo sido apontada, como exemplo, a inexatidão registrada no item 5.3.4 do relatório correccional, que conduz à conclusão equivocada de que a unidade não teria atingido a citada meta do CNJ. Não obstante as dificuldades enfrentadas pela unidade, foi



perceptível o comprometimento do Diretor de Secretaria Mário César Damski Júnior na busca de soluções para otimizar o trabalho da unidade. A propósito, considerando algumas necessidades prementes de melhora, como em relação ao prazo e ao protocolo, a Corregedora aconselhou a utilização do Serviço de Apoio Temporário – SAT, o que foi aceito pelos Gestores da unidade, tendo sido já designada a atuação do serviço por duas semanas no mês de junho próximo.

O Diretor de Secretaria e a Juíza Titular Lila Paula Flores França narraram e mostraram à Corregedora aspectos precários da instalação da vara que necessitam de reparos como a sala em que está localizado o servidor de informática, aos fundos do prédio e sujeito a danos por constantes alagamentos em dias de chuva. Além disso, foi salientada a importância de instalar-se portão com sistema de abertura por controle remoto para entrada e saída da Juíza Titular da garagem do prédio, visto que, a necessidade de proceder-se o manuseio do portão sujeita a magistrada e, eventualmente, que estiver auxiliando, a risco desnecessário de assalto ou outro tipo de abordagem imprópria. Ainda foram constatadas infiltrações nas paredes da secretaria da vara que necessitam de reparos. A Corregedora tomou ciência e informou que buscaria inteirar-se quanto às medidas necessárias junto ao setor responsável na Administração do Tribunal. O Diretor de Secretaria ainda elogiou o serviço de manutenção e/ou consertos gerais que foi disponibilizado pelo Tribunal, por meio de contratação de empresa prestadores para esse fim; segundo alega, a atuação da empresa tem sido efetiva na solução de problemas menos complexos, mas que também repercutem sobre as condições de trabalho e organização da unidade.

A propósito das sentenças a prolatar em processos conclusos para julgamento da Juíza Titular, a Corregedora verificou que a magistrada tem empreendido esforços de atingir as metas estabelecidas no seu plano de Trabalho; os processos conclusos há mais de 50 (cinquenta) dias tiveram sensível diminuição e a Juíza comprometeu-se a continuar seguindo a ordem de prolação de sentenças naquelas ações mais antigas.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os servidores que se manifestassem e o servidor João Batista Frederes fez uso da palavra para afirmar que toda a equipe de servidores procura realizar o melhor trabalho possível no atendimento das partes e procuradores. Em seguida, a Corregedora parabenizou a todos na Unidade pelo comprometimento o e exortou toda a equipe a buscar sempre os melhores resultados para a unidade.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no



mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

### ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

### ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais e o prazo de 180 dias desde a realização da audiência inicial até o encerramento da instrução processual.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;

b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) verifique se efetivamente foi protocolada petição no dia 20.05.2014 no processo nº 0000219-94.2014.5.04.0451 – e, em caso positivo, a espécie



na qual se enquadraria tal petição – bem como proceda à correção, se necessário, do andamento informatizado lançado na referida data;

- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa a 13.02.2014, relativos à conclusão e à extinção sem resolução do mérito dos embargos à penhora apresentados pelo reclamado no processo nº 0109000-31.2005.5.04.0451;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa a 27.03.2015, relativos à conclusão e à decisão que acolheu a exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo nº 0000332-19.2012.5.04.0451.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 5.3.2 (Meta CNJ 2/2015)**

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 217 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2013 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

#### **ITEM 5.3.4 (Meta CNJ 6/2015)**

Determina-se, a fim de sanar inconsistência nos andamentos informatizados que resultaram em resposta negativa no Sistema BI TRT 4ª Região, quanto ao cumprimento da meta em tela, que a Unidade Judiciária:

- a) lance o andamento informatizado “Homologada a Transação”, com data retroativa a 30.09.2013, no processo nº 0000266-39.2012.5.04.0451;
- b) lance o andamento informatizado “Homologada a Transação”, com data retroativa a 21.03.2013, no processo nº 0000437-93.2012.5.04.0451.

#### **ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO**

Determina-se que a Juíza Titular **Lila Paula Flores França** profira as sentenças nos 76 (setenta e seis) processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento. Determina-se, ainda, que a Secretaria diligencie no sentido de corrigir os lançamentos para baixa no sistema dos 5 (cinco) processos de Antecipação de Tutela ainda conclusos com o Juiz Substituto **Edenir Barbosa Domingos** (processos nº 0020027-85.2014.5.04.0451, nº 0020034-77.2014.5.04.0451, nº 0020049-46.2014.5.04.0451, nº 0020063-30.2014.5.04.0451 e nº 0020065-97.2014.5.04.0451).



Determina-se, por fim, que a Juíza Titular diligencie junto à Secretaria no sentido de corrigir os lançamentos para baixa no sistema dos 31 (trinta e um) processos conclusos com a magistrada listados no item 6.7.

### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote como prática o zelo pelos autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, evitando anotações na capa, que deverá ter sua conservação mantida de forma satisfatória (art. 74 da CPCR);
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- c) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº 0018400-13.1995.5.04.0451.

### **8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR**

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.107 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo; julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista; pagamento de precatório; andamento de outros processos, estão com prazo em andamento ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) devolva à origem ou dê andamento às cartas precatórias (processos nº 0000790-36.2012.5.04.0451, nº 0000635-96.2013.5.04.0451, nº 0000687-92.2013.5.04.0451);





- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito ou atualize os registros (nº 0133600-82.2006.5.04.0451, nº 0001300-88.2008.5.04.0451, nº 0061000-92.2008.5.04.0451, nº 0000854-80.2011.5.04.0451, nº 0000402-70.2011.5.04.0451, nº 000041-53.2011.5.04.0451, nº 0000335-71.2012.5.04.0451, nº 0000926-96.2013.5.04.0451, nº 0095000-84.2009.5.04.0451, nº 0000749-35.2013.5.04.0451);
- c) registre a reunião em execução, a suspensão do processo ou a reunião a outro (processos nº 0075400-82.2006.5.04.0451, nº 0000800-22.2008.5.04.0451, nº 0098800-67.2002.5.04.0451);
- d) registre corretamente a devolução ao arquivo (processos nº 0088400-23.2004.5.04.0451, nº 0110400-80.2005.5.04.0451, nº 0027900-69.1996.5.04.0451);
- e) aprecie as petições protocoladas (processos nº 0000048-40.2014.5.04.0451, nº 0000682-41.2011.5.04.0451, nº 0126200-80.2007.5.04.0451);
- f) apense ou dê andamento ao principal (processos nº 0000707-54.2011.5.04.0451, nº 0000334-52.2013.5.04.0451, nº 0000181-19.2013.5.04.0451).

#### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, o Diretor e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de São Jerônimo, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceram interessados em se manifestar.

#### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

#### **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Lila Paula Flores França, pelo Diretor de Secretaria Mário César Damscki Júnior e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**